



## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017**

### **Apresentação**

O presente relatório tem por objetivo informar, de maneira sucinta, as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno (Secin), no exercício de 2017, no cumprimento de sua função institucional.

A Secin tem por propósito<sup>1</sup> exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, além de efetuar a verificação e a avaliação dos resultados obtidos pelos administradores públicos, no âmbito da Câmara dos Deputados, observados os princípios definidos nos arts. 37 e 74 da Constituição Federal de 1988 (CF).

A auditoria interna realizada pela Secin é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria estabelecida para aumentar e proteger o valor organizacional da Câmara dos Deputados. As ações de controle desenvolvidas visam auxiliar a Casa a realizar a estratégia definida, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada destinada a avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos da gestão<sup>2</sup> e de governança<sup>3</sup>.

Quanto ao posicionamento hierárquico, a Secin é uma unidade de assessoramento diretamente subordinada à Mesa Diretora<sup>4</sup>, a quem compete a suprema direção dos órgãos que integram a estrutura administrativa desta Casa Legislativa, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resolução nº 69, de 21 de junho de 1994, art. 2º.

<sup>2</sup> BRASIL. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, art. 2º, inciso V.

<sup>3</sup> The IIA. Normas, 2017. Normas de Desempenho (ND) 2010 – Planejamento.

<sup>4</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resolução nº 69, de 21 de junho de 1994, art. 1º.

<sup>5</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resolução nº 17, de 22 de setembro de 1989.



Para dar cumprimento a sua função institucional, a Secin conta com a seguinte estrutura administrativa<sup>6</sup>:

- a) Núcleo de Análise de Atos de Pessoal (Napes);
- b) Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional (Nacop);
- c) Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Nualc);
- d) Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos (Nuarh);
- e) Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação (Nuati);
- f) Núcleo Setorial de Gestão Estratégica (NSGE); e
- g) Serviço de Administração (Serad).

O escopo da atividade de auditoria interna da Secin engloba a consultoria, o exame e a avaliação da adequação e da eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos processos internos da Câmara dos Deputados<sup>7</sup>. Corresponde também à avaliação do desempenho da gestão no cumprimento das responsabilidades determinadas para alcançar estratégia declarada pela Casa<sup>8</sup>. A atuação da Secin se concretiza por meio das ações de controle que englobam auditoria (avaliação), consultoria (assessoramento), levantamento de auditoria, inspeção, auditoria de gestão e análise de atos de pessoal, sem prejuízo de outras ações previstas em lei e normativos aplicáveis.

Por fim, preservadas as características de impessoalidade e independência, esta Secretaria procurou atuar em parceria com as unidades administrativas da Casa, visando o desenvolvimento de ações direcionadas ao aprimoramento e ao fortalecimento dos controles internos administrativos.

---

<sup>6</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 133, de 8 de dezembro de 2016, Anexo I.

<sup>7</sup> As atribuições da Secin estão estabelecidas no art. 3º da Resolução nº 69, de 1994, e no item 1 do Anexo IV do Ato da Mesa nº 133, de 8 de dezembro de 2016.

<sup>8</sup> Ato da Mesa nº 59, 8 de janeiro de 2013.



## 1. Ações de Controle Planejadas

PLANO DE AUDITORIAS - 2017				
ATIVIDADE	ENTIDADE AUDITORA	PROCESSO	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO
Avaliar o processo de contas - 2016	Secin <sup>9</sup>	Gestão da Câmara dos Deputados	01/02/2017	14/07/2017
Avaliar o processo de gestão da estratégia e governança institucional	Secin <sup>1</sup>	DG / 41.01. Gerir a estratégia e governança institucional	01/08/2017	29/12/2017
Avaliar controles internos do processo de gerenciamento de frequência, licenças e afastamentos	Secin <sup>10</sup>	DRH / 42.01.02. Gerenciar frequência, licenças e afastamentos	01/06/2017	29/12/2017
Avaliar controles internos do processo de realização do registro contábil	Nacop	Defin / 45.02. Realizar registro contábil	01/03/2017	30/06/2017
Avaliar controles internos do processo de realização de estimativas contábeis	Nacop	Defin / 45.04. Realizar estimativas contábeis	01/03/2017	30/06/2017
Avaliar controles internos do processo de realização de evidenciação contábil	Nacop	Defin / 45.03. Realizar evidenciação contábil	01/03/2017	30/06/2017
Avaliar controles internos do processo de execução orçamentária e financeira	Nacop	DG / 45.06. Realizar despesas orçamentárias	03/07/2017	29/12/2017
Avaliar controles internos do processo de realização de reembolso da CEAP	Nacop	DG / 45.08. Realizar reembolso da CEAP	03/07/2017	29/12/2017
Avaliar controles internos da gestão de atas de registro de preços	Nualc	Demap / 46.01. Gestão de aquisição e Demap / 46.02. Gestão de contratos	01/02/2017	30/06/2017
Levantar/avaliar controles internos da gestão de eventos da Câmara dos Deputados	Nualc	Detec / 47.03. Gestão de serviços gerais	01/02/2017	30/06/2017
Levantar/avaliar os controles internos da gestão patrimonial dos bens culturais da Câmara dos Deputados	Nualc	Demap / 46.03. Gestão de bens, materiais e equipamentos	01/08/2017	30/11/2017
Avaliar o processo de gerenciamento de pagamentos e consignações	Nuarh	DRH / 42.01.04. Gerenciar pagamentos e consignações	01/02/2017	31/05/2017
Avaliar controles internos do processo de gestão de movimentação	Nuarh	DRH / 42.01.03. Gerir movimentação	01/02/2017	31/07/2017
Avaliar o processo de gestão da arquitetura corporativa	Nuati	Cenin / 44.01.03. APO03-Gerir arquitetura corporativa	01/03/2017	31/07/2017

<sup>9</sup> Essa atividade envolve todos os núcleos da Secin.

<sup>10</sup> Essa atividade será desenvolvida conjuntamente pelo Nuarh e pelo Nuati.



### PLANO DE ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL - 2017<sup>11</sup>

ATIVIDADE	ENTIDADE AUDITORA	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO
Admissões	Napes	104	02/01/2017	29/12/2017
Desligamentos	Napes	25	02/01/2017	29/12/2017
Aposentadorias Cíveis	Napes	203	02/01/2017	29/12/2017
Alterações de Aposentadorias Cíveis	Napes	13	02/01/2017	29/12/2017
Pensões Cíveis	Napes	50	02/01/2017	29/12/2017
Aposentadoria Parlamentar	Napes	13	02/01/2017	29/12/2017
Alteração Aposentadoria Parlamentar	Napes	6	02/01/2017	29/12/2017
Pensão Parlamentar	Napes	21	02/01/2017	29/12/2017
Outros Atos <sup>12</sup>	Napes	5	02/01/2017	29/12/2017

### AÇÕES DE CONTROLE REMANESCENTES DO ANO DE 2016

ATIVIDADE	ENTIDADE AUDITORA	PROCESSO	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO
Avaliar controles internos do processo de realização de pagamento de pessoal	Nacop	DG / 45.05 Realizar pagamento de pessoal	02/01/2017	28/02/2017
Avaliar controles internos do processo de gestão dos restos a pagar	Nacop	DG / 45.12. Gerir os restos a pagar	02/01/2017	28/02/2017
Avaliar controles internos do processo de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos	Nacop	DG / 45.11. Realizar despesas por suprimento de fundos	02/01/2017	28/02/2017
Avaliar controles internos do macroprocesso de provimento de bens e serviços	Nualc	Demap / 46.01. Gestão de aquisição e Demap / 46.02. Gestão de contratos	09/01/2017	27/02/2017
Avaliar o processo de gerenciamento da estrutura de gestão de TI	Nuati	Cenin / 44.01.01. APO01-Gerenciar a	02/01/2017	28/02/2017

<sup>11</sup> Ressalta-se que o Napes, além da análise dos diversos atos de pessoal, é responsável pelo acompanhamento de diligências relativas ao registro de atos de pessoal encaminhadas pelo TCU e por outras atividades, tais como a elaboração de manifestações em processos, quando solicitado pelo Secretário de Controle Interno, e participação em ações de controle conjuntas ou quando conduzidas pelos outros núcleos.

<sup>12</sup> Alteração de pensão parlamentar e de pensão civil, reversão, transferência, cancelamento, entre outros.



		estrutura de gestão de TI		
--	--	---------------------------	--	--

## 2. Ações de Controle Realizadas

### 2.1. Ações de Controle Compulsórias

<b>ANÁLISES DE CONFORMIDADE</b>			
<b>AÇÃO DE CONTROLE</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>Nº PROCESSO</b>
<b>Análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)</b>	Cumprir as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias	RGF 1º Quadrimestre	209.392/2017
		RGF 2º Quadrimestre	244.935/2017
		RGF 3º Quadrimestre	207.655/2018
<b>Análise de Tomada de Contas Especial (TCE)</b>	Apurar a responsabilidade, identificar o beneficiário e quantificar o dano do expansionista Casemiro Dutra de Medeiros Júnior, referente aos valores recebidos indevidamente a título de pensão civil	TCE 1/2017	128.579/2016
<b>Análise de Tomada de Contas Especial (TCE)</b>	Apurar a responsabilidade e quantificar o dano imputável às agências Special Tour, Terramar Turismo e Capri Turismo, e ao ex-secretário parlamentar Marco Aurélio Cunha Vilanova, referente à comercialização de recursos públicos advindos de créditos da cota parlamentar	TCE 2/2017	117.698/2017
<b>Auditoria de Gestão</b>	Avaliar a prestação das Contas da Câmara dos Deputados (CD), relativa ao exercício de 2016		

<b>ANÁLISES DE ATOS DE PESSOAL</b>	
<b>ATIVIDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE PROCESSOS</b>
Admissões	161
Alteração Aposentadoria Parlamentar	4
Alterações de Aposentadorias Cíveis	19



<b>Aposentadoria Parlamentar</b>		6
<b>ANÁLISES DE ATOS DE PESSOAL</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE PROCESSOS</b>	
<b>Aposentadorias Civas</b>	224	
<b>Desligamentos</b>	9	
<b>Pensão Parlamentar</b>	15	
<b>Pensões Civas</b>	38	
<b>Outros atos</b>	3	
<b>TOTAL</b>	<b>479</b>	

## 2.2. Ações de Controle Eletivas

<b>AUDITORIAS, LEVANTAMENTOS E INSPEÇÕES</b>			
<b>AÇÃO DE CONTROLE</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>Nº PROCESSO</b>
<b>Auditoria de Restos a Pagar</b>	Avaliar a conformidade dos procedimentos e a estrutura de controles internos do processo de gerir os restos a pagar da Câmara dos Deputados	RA 1/2017-Nacop	258.071/2017
<b>Auditoria da Folha de Pagamento</b>	Avaliar se os controles internos da gestão são suficientes para mitigar os riscos existentes quanto a possíveis pagamentos indevidos e em desacordo com os preceitos legais	RA 2/2017-Nacop	309.966/2017
<b>Auditoria das Demonstrações Financeiras</b>	Avaliar o processo de registro, evidenciação e estimativas contábeis dos demonstrativos financeiros da Câmara dos Deputados	RA 3/2017-Nacop	329.678/2017
<b>Auditoria no processo de gestão da cessão de servidores efetivos da Casa</b>	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da gestão do processo "Gerir Movimentação – gerir a cessão de servidores da Casa"	RA 1/2017-Nuarh	336.098/2017



<b>AUDITORIAS, LEVANTAMENTOS E INSPEÇÕES</b>			
<b>AÇÃO DE CONTROLE</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>Nº PROCESSO</b>
<b>Inspeção na Folha de Pagamento</b>	Avaliar a regularidade de dezessete rubricas de maior risco da folha de pagamento da Câmara dos Deputados.	RI 1/2017-Nuarh	336.589/2017
<b>Auditoria no processo de gestão da requisição de servidores para a Casa</b>	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da gestão do processo "Gerir Movimentação – gerir a requisição de servidores para a Casa"	-	Em andamento
<b>Gestão de eventos</b>	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da Gestão de Eventos na Câmara dos Deputados.	RA 1/2017-Nualc	255.378/2017
<b>Gestão de Atas de Registro de Preços</b>	Avaliar os controles internos da gestão do processo requisitar item de Ata de Registro de Preços.	RA 2/2017-Nualc	316.748/2017
<b>Gestão patrimonial de bens culturais</b>	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da Gestão Patrimonial dos Bens Culturais na Câmara dos Deputados.	RA 3/2017-Nualc	316.778/2017
<b>Gestão da Segurança da Informação</b>	Avaliar a gestão da segurança da informação na Câmara dos Deputados sob o prisma do processo COBIT 5 APO01 – Gerenciar a estrutura de Gestão de TI	RA 1/2017-Nuati	105.191/2017
<b>Gestão da Arquitetura Corporativa</b>	Avaliar a gestão da arquitetura corporativa considerando os preceitos do processo COBIT 5 APO03 – Gerir a Arquitetura Corporativa	RA 2/2017-Nuati	263.008/2017

<b>CONSULTORIAS</b>		
<b>PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS CORPORATIVAS</b>	<b>QTD. AUDITORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>



<b>Projeto Implantação da Gestão de Riscos Corporativos</b>	2	Maio de 2016 a agosto de 2017
<b>Projeto Corporativo Gestão de Custos para Decisão</b>	3	Junho de 2016 a dezembro de 2017
<b>Grupo de Trabalho sobre Jornada de Trabalho</b>	2	Janeiro a março de 2017
<b>Grupo de Estudos sobre Teletrabalho</b>	1	Julho a outubro de 2017

### CONSULTORIAS

<b>INSTRUTORIA EM CURSOS PARA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO E DA GOVERNANÇA</b>	<b>QTD. AUDITORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>
<b>Metodologia Corporativa de Gestão de Riscos</b>	1	19, 20, 26 e 27 de novembro de 2017
<b>Segunda jornada de boas práticas em contratações públicas</b>	1	7 a 9 de novembro de 2017

<b>PARECERES E NOTAS TÉCNICAS</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>DATA DA ENTREGA</b>
<b>Nota Técnica Secin n. 01</b>	Devolução de valores excedentes oriundos do recebimento de indenização de licença-prêmio não gozada. Não incidência da decadência. Erro não escusável de interpretação de norma pela Administração.	28/11/2017

<b>CONSULTORIA PRESTADA A ENTES EXTERNOS</b>	<b>QTD. AUDITORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>
<b>Desenvolvimento do planejamento estratégico do Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno - Dicon</b>	3	Agosto e setembro de 2017
<b>Assessoramento para elaboração do posicionamento estratégico da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal</b>	2	Outubro e novembro de 2017

### 2.3. Monitoramento de Recomendações

<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE</b>	<b>OBJETO</b>	<b>Nº PROCESSO</b>
2	<b>Monitoramento da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap)</b>	RA 4/2014 - Nacop	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos nos processos de trabalho referentes à Ceap	105.251/2015
1	<b>Monitoramento do processo orçamentário</b>	RA 1/2016 - Nacop	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos nos processos de trabalho referentes ao processo	110.127/2016



Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
			orçamentário na Câmara dos Deputados	
1	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre acumulações legais de cargos</b>	RA 2/2015-Nuarh	Examinar os controles internos da gestão relacionados às acumulações legais de cargos, empregos e funções públicas por parte de servidores ocupantes de cargos efetivos da Câmara dos Deputados	150.308/2015
1	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria no processo “Gerir a Seguridade Social – Regime de Previdência Complementar do Servidor Público Federal”</b>	RA 3/2015-Nuarh	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo “Gerir a Seguridade Social”, notadamente, após as modificações ocorridas na gestão da previdência dos servidores efetivos da Câmara dos Deputados, frente à publicação da Lei n. 12.618/2012	150.316/2015
3	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria do Adicional de Especialização</b>	RA 4/2012-Coasp	Examinar os controles administrativos relacionados ao processo de concessão e pagamento do Adicional de Especialização	133.004/2012
3	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre recadastramento de aposentados e pensionistas</b>	RA 3/2010-Coasp	Avaliar os controles administrativos referentes ao recadastramento dos aposentados e pensionistas da Câmara dos Deputados	140.962/2010
3	<b>Monitoramento das recomendações da inspeção dos atos de publicação de RH</b>	RI 2/2013-Nuarh	Acompanhar os atos de publicação da gestão de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados	122.419/2013
3	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre acumulação de cargos e sessão noturna</b>	Relatório 201/2002-Coasp	Examinar acumulação de cargos com pagamento indevido de sessão noturna	126.280/2002
5	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre requisição de servidores</b>	RA 6/2011-Coasp	Examinar a conformidade dos processos de requisição de servidores efetivos provenientes de órgãos e entidades da Administração Pública para exercício na Câmara dos Deputados	102.420/2012
2	<b>Monitoramento das recomendações da</b>	RA 2/2015-Nuarh	Examinar os controles internos da gestão relacionados às	150.308/2015



Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
	<b>auditoria sobre acumulações legais de cargos</b>		acumulações legais de cargos, empregos e funções públicas por parte de servidores ocupantes de cargos efetivos da Câmara dos Deputados	
1	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria no processo “Gerir Movimentação – gerir alocação dos servidores efetivos”</b>	RA 1/2016-Nuarh	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos adotados pela gestão na primeira lotação dos servidores, por ocasião da posse, e em suas movimentações posteriores pela organização	132.562/2016
3	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria do Adicional de Insalubridade</b>	RA 2/2013-Nuarh	Avaliar os controles administrativos relacionados à concessão e ao pagamento dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade e da Gratificação de Raios X	119.734/2013
4	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria do Adicional de Insalubridade</b>	RA 2/2013-Nuarh	Avaliar os controles administrativos relacionados à concessão e ao pagamento dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade e da Gratificação de Raios X	119.734/2013
2	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria no processo “Gerir a Seguridade Social – Regime de Previdência Complementar do Servidor Público Federal”</b>	RA 3/2015-Nuarh	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo “Gerir a Seguridade Social”, notadamente, após as modificações ocorridas na gestão da previdência dos servidores efetivos da Câmara dos Deputados, frente à publicação da Lei n. 12.618/2012	150.316/2015
4	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria do Adicional de Especialização</b>	RA 4/2012-Coasp	Examinar os controles administrativos relacionados ao processo de concessão e pagamento do Adicional de Especialização	133.004/2012
3	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria no Auxílio Transporte</b>	RA 1/2015-Nuarh	Avaliar os controles administrativos relacionados à concessão e ao pagamento do Auxílio-Transporte	136.039/2015
4	<b>Monitoramento das recomendações da inspeção dos atos de publicação de RH</b>	RI 2/2013-Nuarh	Acompanhar os atos de publicação da gestão de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados	122.419/2013



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
MESA DIRETORA  
Secretaria de Controle Interno

Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
7	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre contratações diretas</b>	RA 4/2010-Nualc	Verificar a conformidade com a legislação aplicável e a eficácia dos controles internos administrativos nos procedimentos de contratação direta realizados pela Câmara dos Deputados no exercício de 2009	139.109/2010
4	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre gestão de serviços gráficos</b>	RA 2/2012-Nualc	Avaliar as atividades de gestão de serviços gráficos, desenvolvidas pelo Departamento de Apoio à Atividade Parlamentar (DEAPA) e, de modo precípua, pela Coordenação de Serviços Gráficos (CGRAF/DEAPA).	111.944/2012
7	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre obras e instalações - alterações contratuais</b>	RA 3/2012-Nualc	Avaliar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos administrativos referentes à execução de alterações nos contratos de Obras e Instalações da Câmara dos Deputados.	116.104/2012
1	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre gestão de aquisições</b>	RA 3/2015-Nualc	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos relacionados ao processo Gestão de Aquisições.	147.944/2015
1	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre acessibilidade</b>	RA 2/2015-Secin	Avaliar os controles internos administrativos da Câmara dos Deputados relacionados à garantia do cumprimento das normas legais e técnicas e das políticas relativas à acessibilidade, com foco na análise da estrutura organizacional e da definição de responsabilidades.	147.953/2015
1	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre implantação de estações de transmissão do sinal digital da TV Câmara.</b>	RA 4/2015-Nualc	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos relacionados aos procedimentos de implantação de estações de transmissão do sinal digital da TV Câmara pelo território nacional.	106.636/2016
2	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre obras e serviços</b>	RA 1/2016-Nualc	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da gestão relacionados aos procedimentos de execução de	127.691/2016



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
MESA DIRETORA  
Secretaria de Controle Interno

Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
	de engenharia - execução direta		obras e serviços de engenharia na Câmara dos Deputados.	
1	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre o Sistema de Solicitação de Férias</b>	RA 8/2011-Calip (monitorado pelo Nuati)	Avaliar a governança e os requisitos de segurança da informação (confidencialidade, integridade e disponibilidade) aplicados ao Sistema de Solicitação de Férias.	148.638/2011
3	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre a Governança de TI com base nos processos COBIT 5 BAI04 – Gerenciar disponibilidade e capacidade; e DSS04 – Gerenciar continuidade</b>	RA 1/2014-Nuati	Avaliar os seguintes aspectos de governança de TI na Câmara dos Deputados: Capacidade; Desempenho; e Continuidade de negócio.	117.351/2014
3	<b>Monitoramento das recomendações da auditoria sobre a Gestão do desenvolvimento de soluções de TI</b>	RA 1/2016-Nuati	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo COBIT 5 BAI03 – Gerenciar identificação e desenvolvimento de soluções	105.357/2016